

REPENSANDO AS BIBLIOTECAS POPULARES EM NATAL NA DÉCADA DE SESSENTA

Antônia de Freitas Neta, CRB/0561*

RESUMO: Apresenta considerações acerca da política de implantação e desenvolvimento das Bibliotecas Populares atreladas a Campanha de Alfabetização Popular "De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler". Busca analisar as articulações entre sociedade, processo educativo e biblioteca através das categorias teóricas **totalidade, contradição, reprodução, hegemonia e mediação**. Discute a postura do bibliotecário como agente de difusão da ideologia das classes dominantes, ou como um profissional que possa desempenhar um papel crítico e transformador em qualquer biblioteca que atue. Questiona o direcionamento da Biblioteconomia no que se refere a nova prática bibliotecária, com reflexões sobre a permanência da mesma só ao nível teórico. Conclui que o programa de Bibliotecas Populares não conseguiu constituir-se em uma proposta transformadora, apresentando contradições entre a sua proposta e a política da campanha "De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler".

Palavras-chave: alfabetização; biblioteca popular; biblioteconomia e sociedade.

No Brasil, a biblioteca e a educação sempre foram secundarizadas por parte dos órgãos oficiais, por isso padecem de males comuns. É certo que, em determinados momentos, a educação apresentou projetos progressistas, que tentavam universalizar o acesso ao processo educacional. Tal fato, também ocorreu em menor escala com a biblioteca, visto que a mesma ainda não é tratada como parte essencial do processo educacional.

Ao refletirmos teoricamente sobre a problemática das relações sociedade-processo educativo e biblioteca, é importante lembrar que a

* Mestre em Biblioteconomia (UFPB). Chefe do Departamento do Curso Biblioteconomia da UFRN. Professora das disciplinas: metodologia do trabalho científico; história do livro e das bibliotecas; planejamento de bibliotecas e serviço de informação. E-mail: antonianeta@zipmail.com.br

biblioteconomia já vem buscando articulações com a esfera educacional, no que se refere à prática social.

Para tanto, ressaltamos os objetivos do 14º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação: **"...despertar o bibliotecário brasileiro para o papel que a biblioteca pode e deve desempenhar no sistema formal e não formal de educação e conscientizar os profissionais da área de educação de que, sem bibliotecas, o processo educativo não atingirá sua eficácia"**. (CBBD, 1982, p.278).

Diante do exposto, não se concebe teorizar sobre biblioteca isoladamente. Qualquer estudo sobre a mesma deve ser vinculado à educação, visto que não se pode estudar o fenômeno sem investigar suas relações com o todo sócio-histórico do qual é apenas uma parte.

Portanto, ao discutirmos os determinantes da política das Bibliotecas Populares de Natal, vinculadas a um programa de educação popular, tentamos fazer uma leitura do concreto que nos levasse para além do imediato, do visível, para podermos enxergar o que se passa no lado imediatamente invisível. Para tanto, recorreremos às categorias teóricas, **contradição, totalidade, reprodução, hegemonia e mediação**, utilizadas por CURY (1987), para compreender analiticamente o processo educativo, e por acreditarmos que representam elementos constitutivos da realidade educacional, e possibilitam desvendar a totalidade, e captar do seu interior, **a sua essência**.

Consideramos a educação oficial calcada na divisão de classes, a serviço da manutenção do "status quo", uma vez que se, de um lado, o Estado propicia, em certa medida e de uma certa forma, educação às massas populares, diante da necessidade de "trabalhadores qualificados", por outro, a questão dos conteúdos dessa

educação é muito bem vigiada por esse Estado. Isto porque, supostamente, "neutro", cabe-lhe aparentar o atendimento ao "bem-comum", enquanto, na prática, por ser classista, procura evitar possíveis "pertubações" das massas, que têm sido consideradas, ao longo dos tempos, "perigosas e incompetentes".

Para CURY (1987), o caráter ambivalente que a educação (formal ou informal) expressa, pode veicular, quer uma luta de classes subalternas em busca de seus interesses, quer uma manutenção do "status quo", enquanto dissemina os valores pretensamente universais dos grupos detentores do poder. Considera, ainda, a educação como um lugar de luta pela hegemonia de classe, onde se realiza um confronto de saberes: de um lado, o saber do dominante, procurando se infiltrar, estabelecer-se, manter-se; do outro, o saber do dominado, tentando conquistar espaços e buscando reconhecimento.

Ao falarmos sobre a educação, recordemos GRAMSCI (1987), quando realiza um questionamento sobre a melhor forma de pensar: criticamente ou espontaneamente? Acreditamos que "pensar criticamente" deva ser a finalidade maior de quem se propõe a trabalhar com a educação, seja ela formal ou informal. Contudo, não tem sido fácil a formação de uma "consciência crítica", diante dos interesses hegemonicamente burgueses presentes na sociedade. Para que tal processo se efetue, será necessário que um número bem maior de profissionais consiga enxergar essa possibilidade e contribua realmente para que o fato aconteça, mesmo reconhecendo tratar-se de uma tarefa árdua, visto que o Estado, enquanto sociedade política, se utiliza de um Aparelho Repressivo para garantir o cumprimento de sua vontade, e na sua face como sociedade civil, busca consentimento através da persuasão.

A história oficial geralmente nos apresenta a superfície dos fatos, ocultando as coisas essenciais. Pelo desnudamento da carga ideológica contida em tais fatos, chegamos ao outro lado da história, revelamos que a "história dos grandes homens e dos grandes feitos" se fez às custas dos "pequenos" e anônimos trabalhadores, mediante uma exploração do capital em relação ao trabalho. Tal história começou, mediante a divisão social do trabalho, da qual decorre uma separação entre as atividades de pensamento e as atividades meramente físicas. Por conta dessa divisão entre trabalho intelectual e o manual, as idéias se tornaram "independentes", elabora-se que a dominação não é feita pelo homem em relação ao seu semelhante, mas, são essas idéias que dominam o homem, ou seja, a ideologia. Sabidamente, os trabalhadores produzem riquezas, mas não são beneficiários dessa produção, diante da constante espoliação à qual sempre são submetidas.

Por isso, tanto o professor como o bibliotecário devem assumir uma condição de "especialista político". Isto quer dizer que, em uma sala de aula, ou em uma biblioteca, quando aqueles profissionais se utilizam da palavra escrita ou falada, para informarem aos alunos/usuários, sobre este ou aquele fato, repassam uma determinada concepção de mundo, sendo imprescindível que tenham uma postura educacional definida, visto que não será possível desempenharem o papel de agente político, se ficarem em uma pretensa neutralidade existente.

O professor/bibliotecário também precisa se posicionar claramente nessa luta, não ficando em cima do muro. Uma vez que a educação, quando bem conduzida, poderá contribuir consideravelmente para que ocorram mudanças numa dada sociedade. E nesse processo educativo participativo, é importante que se ensine ao aluno/usuário a pensar. A criticar, "a ler a realidade", e também que lhe seja conferido o direito de adotar uma postura consciente diante do que lhe é dado

"empacotado e acabado" no que se refere a **currículos e acervos**. No momento em que os indivíduos se reconhecem como fazedores de sua própria história, tal situação poderá ser modificada, pois conforme GADOTTI (1985), o trabalho educacional é essencialmente político e é o político que é transformador. Quando houver essa conscientização por parte dos educadores, é possível que tenhamos uma outra história, com menos "heróis", porém mais rica de feitos do povo, de uma participação mais efetiva das massas, dos trabalhadores.

No Brasil na década de sessenta, com o impulso das classes populares, propiciado pelas condições políticas da época - (**o ideário populista**), surgiram Movimentos Sociais e Campanhas de Educação Popular. Apresentavam um direcionamento político voltado para uma conscientização de massas através da alfabetização e a educação de base, com novas práticas pedagógicas e uma proposta educativa de trabalhar "**com o homem para o homem**".

Em Natal, nessa década as classes populares participavam ativamente da Política Municipal. Tal fato, contrariava uma prática comum à época visto que, essas classes eram convocadas a participarem com o voto mas não eram consideradas parte do processo, apenas parceiras menores de um jogo político.

Na época, o quadro da educação em Natal era bastante constrangedor pois com uma população de 154.276 habitantes, contava com mais de 60.254¹ analfabetos e um número reduzido de escolas públicas. Na tentativa de resolver a situação a Prefeitura desenvolveu um programa educacional seguido a doutrina nacionalista de Djalma Maranhão, então Prefeito dessa cidade. O referido programa, iria ferir a formalidade pedagógica, as teorias, a arquitetura, enfim todo um conjunto de conceitos que confundem escola (instalações físicas) com

¹ Natal - Secretaria de Educação e Cultura e Saúde. Cultura Popular e Pé no Chão, 163, p.5.

processo educativo. Nascia a Campanha de Alfabetização Popular "De Pé no Chão Também se aprende a Ler", fruto da participação das classes populares no processo decisório, uma vez que essas classes tinham percepção do que precisavam. A Campanha além de contrariar as regras rígidas, burocráticas e burguesas da escola convencional, iniciava um processo de alfabetização pela prática, onde o saber popular foi incorporado ao seu programa antes e durante sua vigência.

Nesse contexto, de preocupação com o analfabetismo, com as classes populares, a valorização do homem como indivíduo, certamente haveria a necessidade de um apoio da Biblioteca Pública, contribuindo com essa proposta e, cumprindo com seus objetivos, assumindo um verdadeiro papel de instrumento voltado para o processo de transformação. Diante da impossibilidade de contar com o apoio dessa Instituição, uma vez que não existia ainda Biblioteca Pública em Natal, o então Prefeito Djalma Maranhão instituiu um programa de Bibliotecas com o intuito de prestar um apoio à campanha "De Pé no Chão Também se aprende a Ler", e uma assistência cultural à cidade, tentando assim, cumprir as metas estabelecidas na campanha: erradicação do analfabetismo e democratização da cultura.

Sabemos que uma biblioteca ao ser implantada pelo Estado, representa uma ação autoritária, sem a devida preocupação de ser identificada com a comunidade, como algo próprio, algo seu. É um corpo estranho que, ao ser inserido sem aprovação, corre o risco de ser rejeitada sob a aparência de um conformismo. Tal biblioteca mesmo que pretenda, não consegue ser neutra politicamente, uma vez que por sua condição de instituição do Estado, está sob controle do mesmo, caracterizando-se como um instrumento de reprodução de ideologia e manutenção do "status quo".

Como a biblioteca poderá exercer uma ação participante, esclarecedora, contribuindo para que os despossuídos, também conhecidos como classes populares, possam explicitar seu saber e conhecer o saber sem muralhas de codificação? Tal condição só será possível quando houver uma relação entre a biblioteca-sociedade e processo educativo, numa interação com o povo, com suas necessidades, com a cultura popular, como forma de educar, e desempenhar um possível papel de transformação.

PAIVA (1987), ao expressar sua opinião sobre o que foi a educação na conjuntura brasileira 1959-1964, afirma que a mesma desempenhou um relevante papel, visto que todos os momentos de crise nacional, os grupos sociais voltam-se para ela com a finalidade de fortalecer suas respectivas posições. Tal fato ocorre porque, a educação é um instrumento ideológico tanto para os que detém o poder, como para quem tenta disputá-lo. Tais colocações ajudam a compreender a intensificação da educação popular no Brasil, e em especial no Nordeste, em um contexto em que as propostas do popularismo constituíram o embasamento para o desenvolvimento de suas atividades e também o surgimento de Bibliotecas Populares.

Entretanto, a postura tomada pelos idealizadores da Campanha "De Pé no Chão Também se aprende a Ler", que não hesitaram em quebrar as leis rígidas e conservadoras da educação de concepção burguesa, gerando uma escola diferente, **feita com e para o povo**, não foi a mesma com relação ao programa de Bibliotecas atrelado a mesma. Retrata de certa forma, a idéia do grupo do poder municipal que importou e implantou um modelo de biblioteca popular desenvolvida na Região Sul. Goes (1980, p.87) comenta "Organizaram-se a exemplo de uma experiência anterior e vitoriosa que fora aplicada [...] no Rio Grande do Sul".

Entendemos que uma biblioteca, ao ser implantada de "cima para baixo" não representa um desejo de uma comunidade e sim uma ação verticalista na qual não houve uma preocupação com a realidade dessa comunidade, visto que mesmo que uma biblioteca seja "supostamente" criada como suporte de um movimento popular, será seu acervo que irá contribuir para que ele possa desempenhar seu papel político na sociedade, e definir sua caracterização como Biblioteca Popular.

Aproveitar cada elemento de uma comunidade, com suas experiências de vida, deixar de acreditar de forma reacionária que "povo" não pensa certo, que oprimido tem biblioteca "pequena", que "qualquer coisa serve", será um grande passo para quem se propõe a desenvolver um trabalho com Bibliotecas Populares.

Sabemos que na sociedade em que vivemos, tudo que se realiza tem por base a competência técnica. Tudo que é feito é em nome da técnica, e a técnica é o instrumento apontado para solucionar, inclusive, os conflitos e tensões sociais. As contradições inerentes aos próprios fatos sociais não são considerados pelos "tecnicistas" a não ser como disfunções do sistema, que podem ser corrigidas administrativamente. Entendemos que, a seleção do material informacional destinado à Biblioteca Popular, não deve ser encarada só do ponto de vista técnico, considerando-se sua proposta de trabalho e seu público alvo. Mas, um processo de produção, em que a função da técnica seja de auxiliar no que for produzido de forma escrita e falada.

Sem adotarem critérios para formarem o acervo básico do que seria uma biblioteca popular, levando-se em conta as limitações técnicas da época, os idealizadores apelaram para o paternalismo das classes burguesas e médias, recebendo qualquer tipo de material para o "pobreza", sem uma preocupação mais específica com às reais

necessidades informacionais da comunidade, contrariando os próprios fatores determinantes do sucesso da Campanha, que havia se consolidado juntamente pelo processo de participação da comunidade.

Foi montado um conjunto informacional de "cima para baixo", diferente da Campanha que montou a sua estrutura educacional de "baixo para cima". Tal procedimento gerou um acervo bastante confuso para essa biblioteca, pois apresentava uma mistura de tendências ideológicas; com obras que reproduziam claramente a ideologia da classe burguesa (Fatos e Fotos, Grande Hotel, etc) ao lado de obras que apresentavam um conteúdo crítico da realidade social (coleção Monteiro Lobato, Caderno do Povo, etc). Tal observação, não significa excluir a leitura da cultura burguesa, em uma biblioteca popular. Mas, entendemos que essa leitura deva ser feita de forma crítica, que possa auxiliar o indivíduo no processo de transformação, criticidade que deve estar presente desde o momento de discussão com a comunidade a respeito de como formar o acervo. Por criticidade também se entende, não ter uma atitude paternalista de aceitar apenas o que a comunidade deseja, pois há que evitar esse tipo de paternalismo visto que, não se pode esquecer, que as classes populares têm introjetada a cultura burguesa.

As transformações sociais ocorridas no Brasil na década de trinta, em decorrência do processo de industrialização, se fizeram presentes no sistema educacional e também nas Bibliotecas Públicas.

Nessa década, cresce o número de Bibliotecas Públicas, quando o Capitalismo expandia-se com maior intensidade nas regiões Sul e Sudeste, fato que influenciou consideravelmente no nível das bibliotecas dessas regiões em relação a Região Nordeste, uma vez que conhecemos também a diferença consubstancial entre as regiões

mencionadas em termos de desenvolvimento e costumes decorrentes da nossa colonização.

"Cresceu a demanda à biblioteca, mas somente por um grupo detentor do poder econômico. Esta demanda foi condicionada, em grande parte também pela localização física da biblioteca, sempre em locais nobres [...]. A escola da classe dominante forneceu o público da biblioteca [...]. A educação destinava-se a uma elite e a biblioteca seguiu a mesma tendência". (RABELLO, 1987, p.32)".

O modelo de Biblioteca Pública importado da Inglaterra não tem conseguido desenvolver no Brasil suas principais funções por vários fatores, desde a falta de uma tradição cultural de sentido público, fato que deita raízes na colonização, até a realidade diferenciada em relação ao país de origem da referida biblioteca, no que se refere a fatores sociais, econômicos e sistemas educacionais.

O discurso liberal a respeito da Biblioteca Pública sempre tem sido coerente com a política oficial, dada a própria condição da Biblioteca com instituição a serviço do Estado. Mesmo que proponha um trabalho para "melhoria" da comunidade, a Biblioteca Pública não consegue realmente fazê-lo ao nível de transformação, visto que esquece o "grosso" da população, composta **pelos despossuídos, pelos não cultos e pelos analfabetos**. Sendo assim, a Biblioteca Pública, em um sistema capitalista, só é pública na sua denominação, pois, na sua essência, não passa de um instrumento reprodutor da ideologia dominante, fazendo parte do conjunto de instituições que constituem os Aparelhos Ideológicos de Estado.

Diante dessa inoperância, ou de estarem operacionalizando para o sistema, surge uma proposta de trabalho, voltada para essa parcela da população, seguindo, de certa forma, as mesmas concepções teóricas da educação popular. A Biblioteca Popular aparece para preencher as lacunas deixadas pela Biblioteca Pública, propondo um trabalho com as classes menos favorecidas, para os quais toda a estrutura da Biblioteca Pública, desde o prédio até a forma como são oferecidos os serviços, funcionam como barreiras culturais.

Mesmo que tenha avançado até um certo ponto, a Biblioteconomia não tem dado muita atenção as Bibliotecas Populares, visto que continua voltada mais para o discurso liberal de caráter tecnicista e funcionalista, sem aproximação maior com as classes populares, estando mais preocupada com Bibliotecas Especializadas. Tal estágio, está relacionado com os recursos humanos, fator preponderante para o funcionamento de qualquer tipo de biblioteca, uma vez que a sociedade valoriza o especialista de acordo com certas atividades que interessam ao sistema e que lhe assegura um determinado status no âmbito dessa sociedade.

Existe uma certa hierarquia no interior da própria profissão, que confere ao bibliotecário um certo status profissional, atribuído de acordo com o tipo de biblioteca em que atua, isto porque, trabalhar numa biblioteca especializada, que lhe assegure uma posição social e econômica, é mais seguro do que desenvolver um trabalho junto à Biblioteca Pública e Popular. Neste caso, além de não representar socialmente um certo prestígio na profissão, não acrescenta em nada financeiramente, diante dos baixos salários oferecidos. Tal situação está bem clara nos próprios cursos de Biblioteconomia, que estão voltados à formação de profissionais para atender a demanda das bibliotecas especializadas; e também na Pós-Graduação, quando sentimos a

dificuldade em encontrar profissionais preocupados com os setores populares.

Mesmo que a proposta de trabalho da Biblioteca Popular seja de caráter transformador, todo o processo dependerá do profissional que nela irá atuar, pois essa corre o risco de se transformar em mais um instrumento de reprodução, caso se implante de forma genérica, sem atentar para as especificidades de seus usuários, uma vez que as necessidades informacionais da população variam de realidade para realidade. Sendo assim, será a conduta do bibliotecário que fará ou não que se cumpram os objetivos propostos, visto que do desempenho e da conscientização política desse profissional, depende a viabilidade dessa proposta.

A idéia de uma Biblioteca Popular caracteriza-se pois, como uma denúncia da biblioteca pública que, em contrapartida tenta criar serviços de extensão para uma população não beneficiada. Entretanto, como não consegue desvincular-se das idéias da classe dominante, por sua origem institucional, torna-se-lhe difícil incorporar uma concepção de substância popular nesse serviço que, geralmente, se apresenta de forma paternalista, **feito para o povo, e não com o povo**. Com isso não se alcança os objetivos. Mas uma vez, a figura do bibliotecário aparece como elemento relevante pois, assim como o professor em sala de aula, ele poderá interferir no quadro, procurando desenvolver suas funções direcionadas para uma ação transformadora e reflexiva, seja qual for o contexto em que atue.

Reconhecemos que a proposta da Biblioteca Popular terá dificuldade em avançar em termos de experiências concretas, diante da realidade brasileira. O que se observa, é a criação de pequenas bibliotecas, com acervos montados com doações - leituras descartáveis da burguesia - geralmente por iniciativa de associações; de um político

que faz disso uma realização de sua administração ou como parte de uma pesquisa para cumprir certas cláusulas de convênios estabelecidos. Quando a pesquisa termina, a experiência entra em falência, uma vez que não foi a população que a criou, estabelecendo-se aí um conformismo velado por uma resistência, muito comum nesse tipo de trabalho.

Como atividade integrante da Campanha "De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler", na qual a preocupação com as bases, com a realidade concreta da comunidade, foi fator determinante do incontestável sucesso do projeto educacional, as bibliotecas não tiveram esse mesmo direcionamento no processo de sua implantação e desenvolvimento, pois sentiu-se na experiência a falta de um espaço onde fosse desenvolvido o processo de criação de seus usuários, além de um levantamento prévio e participativo acerca das suas áreas de interesse e de iniciativas para que a comunidade popular expressasse sua cultura.

Tal fato leva-nos a constatar que essas bibliotecas caracterizam-se como um instrumento de reprodução das concepções ideológicas dos seus idealizadores mesmo dentro das melhores intenções e, levar a informação à população, uma vez que não existia uma Biblioteca Pública em Natal. A população aceitou pacificamente uma idéia imposta pelos detentores do poder Municipal que implantaram uma biblioteca popular considerada **boa para o povo**, mas que não **foi montada com o povo**.

A denominação "popular" para essas bibliotecas não parece ter se articulado nas concepções teóricas que impulsionaram os movimentos sociais e as "campanhas de educação popular" da década de sessenta, cujo direcionamento político era trabalhar com o "povo" e valorizar a cultura popular. Popular aí parece ter sido uma conotação

até tradicional; a localização das Bibliotecas em bairros populares, incorporando o conceito nacional-popular acerca do povo, que influenciou na formação do acervo inicial.

Contudo, a experiência foi progressista na medida que deu abertura para que os setores populares tivessem acesso ao código cultural do sistema, e mesmo que tenha sido desenvolvido **para o povo e não com o povo**, representando uma dádiva do poder municipal, as Bibliotecas Populares de Natal marcaram essa cidade, a despeito de sua curta trajetória, pois avançaram no tempo ao romperem com certas concepções da Biblioteca Tradicional.

E se essas bibliotecas não tiveram uma maior valorização durante a campanha, foram bastante atingidas pelas forças repressivas que, do alto do poder, souberam enxergar sua importância e o que poderiam representar junto as classes populares. Assim como o Estado Populista, a campanha de "De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler" e todos os programas a ela atrelados, não teve estrutura para resistir à repressão, tendo seu término com o golpe de 1964.

Mesmo com todas as contradições, a experiência nos aponta para uma reflexão, sobre a postura do bibliotecário no desempenho de suas funções, visto que, levado pelo tecnicismo, poderá tornar-se **um agente de reprodução do sistema**, mais preocupado em executar do que propriamente refletir e criar (inovar) ou induzir à reflexão e à criação, tornando-se elemento passivo de difusão da ideologia das classes dominantes.

Talvez, esse quadro possa mudar, quando esse profissional entender que pode desempenhar um papel crítico e transformador em qualquer tipo de biblioteca que atue, desde que, tente compreender a dialética da mediação, desde que se perceba como elemento colocado entre o Estado e a Sociedade civil, entre o institucional e a dinâmica

social, entre o poder e os usuários, entre a esfera determinante da cultura e os seus receptores. E para que esse processo ocorra, é necessário também uma visão política no desempenho de suas funções, no que se refere à democratização da informação, articulada a uma prática profissional que incorpore o saber popular como o saber válido, sem marginá-lo ou desqualificá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resitência**: aspecto da cultura popular no Brasil. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 179p.

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, João Pessoa, 1982. Anais... João Pessoa: APBPB, 1982. 2v.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1987. 134p.

FREITAS NETA, Antônia de. **Uma experiência de articulação biblioteca-sociedade**: resgate histórico das bibliotecas populares na campanha "De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler". Natal-RN: 1961-1964. João Pessoa, 1993, 312p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia). Universidade Federal da Paraíba, 1993.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1987. 341p.

GOÉS, Moacir. **De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler**. (1961-1964): uma escola democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 209p.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização: Brasileira, 1987. 341p.

PAIVA, Vanilde Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

RABELLO, O. C. D. **Da biblioteca pública a biblioteca popular:** análise das contradições de uma trajetória. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, v.16, n.1, p.19-42, 1987.